

Estratégias qualitativas de investigação do uso de drogas e da Toxicodependência

LUÍS FERNANDES (*)

1. POSIÇÕES PERCEPTIVAS DOMINANTES

O fenómeno do uso de drogas tem dado origem, sobretudo desde os anos 60, a um crescendo de publicações acerca de investigações e estudos neste domínio.

Em Portugal — e tal como aconteceu em outros países, obviamente com cambiantes próprias em cada um — são os olhares da medicina e da psicanálise aqueles que primeiro tomam a dianteira, numa complusão explicativa daquilo que, por sua conta e risco, classificavam como «epidemia». A acessibilidade do material clínico em sessões especializadas dos hospitais gerais ou nos então criados (1976) centros de estudo da profilaxia da droga conjugou-se ao prestígio das instituições da medicina para produzir o primeiro discurso dito científico sobre a droga e o drogado: o discurso da droga-sintoma individual, da droga-doença, da droga-morbidez psíquica. Por efeito de tabela desta abordagem (por exemplo a reflexão sobre os dados familiares do toxicodependente, sobre o seu processo anamnésico...) teceram-se ainda considerações sobre as cau-

sas e/ou reflexos do fenómeno — apontamentos soltos para uma sociologia das drogas, sempre relegada para margens segundas do saber, nunca catalizadas porque fora das regras produtoras/policiadoras do discurso dominante sobre a desordem: as instâncias de decisão da medicina e da psicopatologia. Tais instâncias, conjugadas com outros pontos do diagrama da microfísica dos saberes-poderes do social, têm legitimado até agora o estatuto do discurso sobre a desordem, a transgressão, o desvio e o patológico.

Uma outra tendência recente no panorama da recolha de dados sobre o fenómeno da droga em Portugal — também correndo em paralelo com o que se passou noutros países ocidentais antes de nós — é a de inquirir imensas massas de jovens (por vezes na ordem dos milhares), preferencialmente — porque à disposição — das escolas secundárias. É o clássico processo da psicologia do questionário, através da qual a população expia os seus hábitos, confessando-os e convertendo-os em cruzes de escolha múltipla, em registos binários de sim/não, em gráficos, tabelas, percentagens. A principal característica disfuncional desta psicologia do questionário é a de deixar uma enorme margem de liberdade à mentira ou, simplesmente, ao desleixo ou à brincadeira na res-

(*) Assistente da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da U.P.; Membro do Centro de Psicologia do Comportamento Desviante.

posta. Há por isso inusitadas bossas a atralhar nas apolíneas curvas dos gráficos que estes estudos, recorrendo ao prestígio mítico da computação, desenharam e impõem. Outro importante problema que apresentam é o da redução do fenómeno social total à sua caricatura esboçada nos limites espartilhados da conduta sim/frequentemente/às vezes/quase nunca/não. Este modo de dissecar os fenómenos tem como consequência quase nunca se saber se às vezes os que dizem não frequentemente fazem sim. Vem-me à memória o estudo sobre o calçado nos italianos, em que o investigador concluía que cada seu compatriota usava sapato e meio...

Do primeiro olhar — o da psicopatologia, o que recorre ao material clínico — recolhemos o útil ensinamento do que se passa com os indivíduos que, embrenhados no consumo compulsivo de drogas duras, projectam uma paragem no seu processo de degradação bio-psicológica. São, infelizmente, uma amostra demasiado terminal para percebermos a partir deles o percurso e as cambiantes globais dum fenómeno do qual os casos graves de toxicod dependência são só uma das dimensões. Ocorre outra vez a imagem da ponta do iceberg — e os que recorrem às estruturas assistenciais para toxicod dependentes são a ponta que deixa ver só translucidamente o subaquático.

Resuma-se doutro modo esta ideia: o material clínico da toxicod dependência representa uma *possibilidade perceptiva* sobre o fenómeno, com um valor heurístico dentro de determinados limites. O problema aparece quando se toma a parte pelo todo, reduzindo a interrogação das drogas a uma realidade apenas clínica (estados-limite no toxicod dependente, estruturas adictivas, defectividade do *self*, deficiente estruturação precoce do Eu, gestão do afecto depressivo, moratória juvenil...).

A construção da teoria a partir dos procedimentos clínicos de inspiração analítica, que tem constituído o grosso da literatura científica sobre o problema em Portugal,

toma o objecto-toxicod dependência como mais um objecto dentro do paradigma analítico. As grelhas explicativas vigentes nele são-lhe assim mecanicamente aplicadas, encarando-o como um *enigma* [interrogação que encontra solução explicativa no quadro do paradigma (Kuhn, 1972)] — e não como *anomalia* — interrogação fora das soluções paradigmáticas, por se tratar dum facto numa ordem diferente da ordem de factos de que o paradigma dá conta com êxito. Ora, a toxicod dependência é da ordem do bioantropossociopatológico, como o demonstrou, p. e., Cândido da Agra (C. da Agra, 1986): o leque de interrogações que lança é muito mais vasto do que o leque de soluções que o paradigma analítico pode, legitimamente, oferecer. A esmagadora ineficácia da intervenção de inspiração analítica com toxicod dependentes — seja no apoio à terapia de substituição por metadona, seja no regime de consulta externa, seja no de comunidade terapêutica — anuncia a falência desta estratégia teórico-interventiva prévia aplicada a um fenómeno que, sendo de transgressão social, transgride assim também a regularidade de produção dum determinado conhecimento paradigmático.

Do segundo olhar — o que se vê através do questionário — vislumbramos curvas, cruzamentos de variáveis, gráficos de barras. Levados pelo prestígio intocável atingido pelo algarismo numa sociedade que move a sua estrutura económica assentando-a na previsão do comportamento dos números (inegável a pertinência do processo na economia), julgamos ler o comportamento dos indivíduos ao olhar o dos números. O principal efeito destas abordagens investigativas é o de criar a *ilusão* de conhecer o fenómeno em estudo (que percentagem da população usa drogas; como se distribui por faixas etárias, por nível sócio-profissional de origem, etc.; que percentagem, em que idade e em que contexto se iniciou em tal droga;...). Pior do que isto, é certamente não saber nada — donde, se mais não fosse possível, seria

ótimo ficar por aqui. Mas é possível, e é desejável — porque se tomam então estes resultados como um fim em si, em vez de perceber que é justamente neles que começa o aprofundamento do fenómeno? Deixa-se assim em estado fragmentário a compreensão, deixa-se falha de unidade e só por abstracção alguma vez relacionada com as dimensões psíquicas e sociais dos sujeitos concretos nos seus percursos existenciais e nos seus teatros de vida.

Arrisco também afirmar que a psicologia do inquérito aplicada a um fenómeno que sobretudo se esconde — porque é punido judicialmente — sujeita-se a inquirir sobre o que não pode ser respondido, e representa uma estratégia metodológica que releva duma solução de facilidade por parte do investigador: permite-lhe uma confortável distanciação dum facto que provavelmente, também a ele, o confronta e o provoca e o ameaça na forma como transgride os códigos: os do corpo, os da palavra, os da norma, os da convivência, os da sanidade...

Sem termos descoberto o elixir da metodologia eficaz para o estudo do uso de drogas, limitamo-nos a inscrever a nossa opção de investigação numa outra concepção do trabalho científico nas ciências sociais, do qual a psicologia não tem andado próxima.

As duas atitudes básicas que o sustentam são, por um lado, a *aproximação aos contextos naturais* onde os fenómenos se geram, se fixam e se reproduzem e modificam, e por outro a *redefinição das relações entre sujeito do conhecimento e objecto a conhecer*. A primeira atitude aproxima a ciência da vida, faz da vida vivida nos lugares reais em que as condutas *significam* a fonte da produção dos enunciados da ciência. As ciências humanas geraram-se numa vontade de gestão da vida — pois que regressem à vida, para daí fazerem a gestão do crescimento das suas teorias. A segunda atitude inscreve-se como elemento importante do debate epistemológico actualmente em curso na ciência, resultante do momento presente de crise da

sua racionalidade dominante e de procura de novas metodologias de extracção da verdade (C. da Agra) ⁽¹⁾. O debate sobre os fundamentos e o modo de trabalho nas ciências, a reactualização da discussão dos jogos de regras que balizam o científico, configuram-se como signos desta crise.

Passaremos, então, a caracterizar nas suas linhas reitoras, e dum modo que infelizmente, por ter de ser breve, se arrisca a simplificar, o trabalho que desenvolvemos desde 1985 no Centro de Psicologia do Comportamento Desviante da Faculdade de Psicologia do Porto.

2. UMA POSIÇÃO PERCEPTIVA PROXIMAL

2.1 Objectivos

Evitando a operação ambígua que consiste em criar a categoria unívoca e monolítica do *toxicodependente* — categoria a partir da qual se ordena uma prática discursiva e os correlatos mecanismos de controle social sobre esta assim mitificada figura — procuramos caracterizar os *principais relacionamentos* que o sector juvenil estabelece com as drogas consideradas drogas. Quer dizer, as substâncias que, de entre todas as que

(¹) Tanto as novas metodologias de extracção da verdade (C. da Agra, comunicação pessoal) como a crítica da legitimação do discurso (Quem diz que o que eu digo é científico? Que estatuto deve ter quem confere estatuto ao dito? E se o estatuto fosse só a estátua do Comendador, tomando as palavras de Maffesoli? E se o estatuto de quem diz passasse a valer mais do que o que diz?) fazem parte da metamorfose que se opera hoje na ciência. Não cabe no contexto do artigo desenvolver este tema, de importância fulcral para quem trabalha na investigação. Remetemos para alguns textos do seu debate: C. da Agra (1986) — «Science, Maladie Mentale et Dispositifs de l'Enfance» INIC; Boaventura S. Santos (1987) — «Um Discurso Sobre as Ciências», Afrontamento, Porto; M. Maffesoli (1986) «O conhecimento do Quotidiano», Vega, Lisboa F. Ferrarotti (1983) «Histoire et Histoires de vie», Librairie des Meridiens, Paris.

farmacologicamente são drogas, uma dada formação histórico-social elege consensualmente como tal (e aqui, sem irmos mais longe — mas querendo ir fundo — começaria já a intriga: como se gera o consenso? Como chegam certas substâncias ao prestígio maléfico que têm? Porque não atingem outras, que pareceriam «maléficas», prestígio desviante? Que (des)ordem social se rejeita na droga/no drogado que se rejeita?...).

O objectivo central consiste então na busca duma compreensão do uso de drogas no sector juvenil português, incidindo a atenção nos contextos de vida em que ele ganha contornos: os espaços do sistema urbano-industrial que o Porto configura.

A droga no sector juvenil é um acontecimento sobretudo urbano — e mais: um fenómeno cuja extensão ganha contornos precisamente nas transformações recentes dos arranjos urbanos. Perceber a droga é, acredito, perceber o momento actual de desordem nos arranjos que a urbe tradicional conhecia, é perceber a expressão da vida nos sistemas urbanos de configuração (recente em Portugal) urbano-industrial. E perceber a droga como acontecimento típico da faixa etária adolescente e de jovens adultos, é perceber a interrogação lançada pelas expressões e sensibilidades próprias ao sector juvenil. ⁽²⁾

Dois enquadramentos surgem como centrais nesta abordagem: o *subcultural* (o sector juvenil: as suas vivências, os seus modos de organização; as suas sensibilidades, cuja diferencialidade parece desenhar-lhes a repartição por grupos com características

específicas; os seus relacionamentos com as drogas, na ligação que — na nossa hipótese e também em alguma evidência empírica — guardam com a distribuição das sensibilidades) e o *ecológico* (os seus espaços de vida: lugares dos lazeres, sítios e pessoas com quem vão actualizando a sua visão do mundo, a sua personalidade, a sua actividade; as drogas na rua, as drogas no pequeno grupo: no café, na esplanada, no bar — os encontros e os círculos «da ganza»; esboço duma topografia urbana das margens, em suma).

Realizámos ainda um estudo da ligação entre a pop anglo-saxónica (e respectivas filiações versão rock luso) e as drogas, na confluência do enquadramento subcultural e duma hipótese relativa àquilo que chamamos figuras-íman: personagens cuja imagem junto do sector juvenil privilegia como *figuras de modelagem* de comportamentos e atitudes e como desculpabilizadoras de condutas reprovadas pelos padrões dominantes vigentes — caso do uso de drogas. Pelo menos num dos relacionamentos-tipo sector juvenil/drogas é provável que este processo tenha relevância: o do jovem intelectualizado, preferencialmente utilizador de drogas leves, com composição do visual próxima do rocker das bandas do chamado rock progressivo dos anos 70; provavelmente também terá relevância no «freak de bairro»: o *freak* subaculturado das margens da cidade, figura cujo retrato-robot ficou para a posteridade a partir de Chico Fininho, da dupla Veloso/Tê. ⁽³⁾

⁽²⁾ O movimento rock pode ser um bom analisador do processo que aqui refiro: é à uma um fenómeno urbano e um fenómeno de produção subcultural juvenil. Inspirar-nos-emos na letra a este título paradigmática que constitui a canção «Pós Modernos» (Rui Reininho/GNR, 1986) — a ambiguidade dos tempos pós-modernos da urbe ocidental e dos pós modernos (alusão à heroína, parece-me) —, para lhe juntarmos a nossa própria metáfora: *as drogas são os pós do pós*.

⁽³⁾ A panóplia de alcunhas apostas a indivíduos carismáticos do uso de drogas parece depôr em favor deste processo: a «Christiane F.», o «Stones», o «Black Sabbath»; também, há anos, a Pra. do Marquês, no Porto, era conhecida nos meios «da ganza» por Jardim Jimmi Hendrix; e, recentemente, a campanha televisiva «Diga não á dependência» utilizou figuras com prestígio junto do sector juvenil para fazer passar a modelagem — procurava-se a modelagem inversa da que refiro. Certamente que algum *Double-bind* se produzirá nos nossos jovens, ao verem mensagens daquelas proferidas por tão subaculturados protagonistas, héreis da saga dos concertos rock, em que o ambiente não costuma ser propício a dizer não á dependência...

Finalmente, traçaremos a trajectória do uso de drogas no tecido social português, desde que começou a ter expressão assinalável. Esta trajectória, esboço duma história ainda de muito recentes inícios (década de 70. Antes desta data o uso de psicotrópicos era restrito, pouco visível e não assinalado como problema social), será traçada a partir do referencial dos próprios actores — os «drogados»; a sua história pessoal possui um interesse particular: o da possibilidade de leitura no individual dum dado processo social em curso. Ou a contracção do social no individual, do nomotético no idiográfico (Ferrarotti, 1983).

Quanto à toxicodpendência — encontrá-la-emos algures num ponto da curva individual do consumo crescente de drogas. Não a isolaremos enquanto objecto, não ordenaremos a investigação em ordem a si. Encará-la-emos como etapa particular, intensa e carregada, dum processo: a *carreira* desviante. O *junkie*, figura recortada na tipologia dos relacionamentos que referimos atrás (e segundo os dados da pesquisa de terreno de que já podemos dar conta) traduz a dimensão toxicodpendente do fenómeno droga.

Não nos centraremos, no entanto, nos resultados da pesquisa que temos vindo a desenvolver (e que seriam de qualquer modo apenas fase intermediária dos objectivos que definimos), mas sim nos procedimentos da recolha de dados: método e técnicas que desenham uma opção de trabalho e que definem a procura duma *posição perceptiva* que lance sobre o fenómeno um olhar mais integrado, e portanto mais inteligível, do que aquele permitido pelas posições perceptivas que referimos em I.

2.2 Metodologia

O método de pesquisa de terreno é uma estratégia de investigação em que o principal instrumento de pesquisa é o próprio

investigador (Firmino da Costa, 1986); exige uma presença prolongada nos contextos em estudo e um contacto directo com as pessoas e as situações.

O método é essencialmente compósito: não privilegiámos um modo único de trabalhar, antes utilizámos vários recursos que, no seu todo, deixarão a impressão duma metodologia múltipla. Seguimos, de resto, a tendência que as ciências sociais tomam hoje ao porem em prática trabalhos de campo: não os fazem assentar sobre uma técnica única (p.e. a observação participante), mas ordenam várias técnicas, cuja coerência, por várias que sejam, aparece do *concept* metodológico enquanto organizador da acção no terreno, e da sua articulação aos objectivos de estudo. Podem combinar-se vantajosamente por exemplo a observação nas suas diversas fórmulas, a entrevista, o depoimento dos informantes privilegiados, as interacções verbais ocasionais, o estudo de casos, a discussão de grupo, a análise das produções culturais da população-alvo, os dados estatísticos sobre ela...

Na impossibilidade de detalharmos todas as técnicas que temos vindo a utilizar (em que caberia a própria estratégia de penetração no terreno, no pequeno grupo, o recrutamento em campo de indivíduos disponíveis para as histórias de vida, como fontes já em si de produção de dados), destacaremos a *observação* e as *histórias de vida*. Deixaremos por explorar, fazendo apenas referência ao facto de as utilizarmos, a recolha e análise de produções (sub) culturais juvenis — revistas, música rock, periódicos... — ou de documentos informativos (normalmente jornalísticos) sobre o sector juvenil e sobre a zona em que decorre o nosso estudo; e ainda a utilização dum instrumento de listagem, por nós imaginado, de gostos musicais, por um lado, e de associação entre figuras/grupos musicais e drogas, por outro. Pedidas ao mesmo indivíduo em grupos de consumidores e de não consumidores de drogas podem ser analisadas em ordem a testar a hipótese

sobre as *figuras-íman* de que falámos em 2.1. Refiro só que as primeiras aplicações destas listagens revelam diferenças tanto no tipo de gosto musical como no conhecimento das figuras da música ligadas à droga entre os dois grupos.

2.2.1. Observação

A zona ribeirinha da Ribeira-Barredo (R-B), no centro do núcleo histórico do Porto, foi o lugar seleccionado como o preferencial para as observações — mas não como o exclusivo, pois se há coisa que acontece frequentemente neste estilo de trabalho é começar num lugar e acabar, horas mais tarde, noutra do outro lado da cidade...

As razões para a sua selecção foram fundamentalmente ditadas por: 1) ser um sítio que o dizer popular aponta como palco de comportamentos desviantes; 2) ser um *concentrador juvenil*: lugar onde ocorre em grande concentração a faixa etária que nos interessa (grande concentração tanto relativamente às outras faixas etárias nesse mesmo espaço, como em relação à faixa juvenil relativamente a outras zonas da cidade; 3) ser um sítio de consumidores de droga e de toxicodependentes, tanto do bairro como, sobretudo, vindos de fora dele (o que pode ser constatado, por exemplo, com observações exploratórias, com o depoimento de indivíduos que estão dentro das redes informais de consumidores de drogas, ou, como também é o caso, a partir do conhecimento prévio do investigador sobre os espaços da cidade de que é habitante); 4) ser um sítio propício à observação, pela própria configuração de espaço (pontos de «miradouro») e pela existência de locais propícios (bares e esplanadas de grande afluência de utilizadores de drogas).

As técnicas de observação são ditadas pelas circunstâncias casuais da permanência no terreno: desde a observação ocasional àquela mais sistematizada (com planea-

mento de horários e espaços para a observação), desde a que recorre à interacção verbal espontânea àquela que é feita «de longe», desde a permanência prolongada em esplanadas em estilo de observação naturalista à sua transformação gradual, por efeito da criação de empatia, em observação no seio de pequeno grupo, até à observação que recorre às redes informais de relacionamento do próprio investigador como estratégia de contacto proximal que permita a observação participante.

O estatuto de investigador é às vezes do conhecimento do grupo observado; quando o não é, é-o pelo menos o estatuto de psicólogo que trabalha na área das drogas; mais raramente (na observação que não recorre à interacção verbal, na observação «de longe») o estatuto é anónimo.

As observações não são efectuadas com a mediação de quaisquer grelhas de codificação de situações ou comportamentos, de registos de frequências, etc. O registo escrito é feito imediatamente depois da retirada do local, às vezes com recurso ao processo de rememorar para fita magnética de som, e sempre de carácter qualitativo. O controle através doutro observador tem sido também realizado em algumas das observações.

Resuma-se o carácter flexível dos tipos de observação que, obrigatoriamente, decorrem no terreno — sob pena de, uniformizando-se, perderem muitas situações de grande potencial — e resume-se com um ditado: se a ocasião faz o ladrão, aqui a ocasião é que faz o tipo de observação.

A observação na R-B tem uma preocupação e um carácter ecológicos. Poderíamos, de acordo com a ecologia urbana da escola de Chicago, chamar-lhe mesmo observação ecológica. A atenção aos lugares onde ocorrem os comportamentos em estudo, às suas características físicas, à sua malha urbana, à utilização dos espaços de rua, do tempo/ espaços de lazer, de trabalho, a atenção ao movimento humano, às condições climáticas, o padrão de habitat, o tipo de residen-

tes, o tipo de gente de fora do bairro, são características que fazem parte da observação. Assim, é possível por exemplo detectar variação da concentração juvenil na R-B de acordo com a sazonalidade (pico nos meses de verão) e com o padrão de estimulação luminosa que o conjunto urbano oferece (em função da quantidade de sol, em função daquilo que pode ser disfrutado visualmente do bar/esplanada em que se está); assim como é possível individualizar algumas das características que conferem à R-B uma *gestalt* particular, que lhe empresta uma situação de enclave urbano de grande potencial estimulador dos sentidos (metaforicamente, a R-B é um espaço audio-visual mais do que qualquer outro da cidade): a *mobilidade* do quadro humano no espaço de rua; a *heterogeneidade* dos tipos humanos, singularmente expressa na panóplia de «visuais» — como se a diferença importasse menos aqui; a *utilização*, de características pré-industriais, *do espaço de rua* (a rua como o sítio do negócio, do lazer, do encontro, das crianças — particularidades ausentes na urbe moderna encontram-se aqui, como o pormenor quase insólito dos galos pela rua...); o *ritmo* do fluir de factos — a pressa na R-B é menos urgente. Esta característica liga-se provavelmente à vivência do tempo, à sua organização, aspecto de grande importância na toxicodpendência; o contraste mobilidade/fixidez; agitação (audio-visual)/tranquilidade (na postura corporal nas esplanadas, na vivência do passar da tarde); e, muito mais importante, os *padrões de interação*, por exemplo a facilidade de ocorrências verbais entre estranhos, ou uma territorialidade na rua e no bar que tende a esbater o privado (lembre-se que o público era precisamente uma das características da cidade pré-industrial).

Os tipos de observação descritos, combinados com informações obtidas com outras técnicas, abrem-nos perspectivas sobre o porquê da preferência juvenil por certos espaços da cidade e dos comportamentos tidos

e tolerados neles — a ecologia dos actos normalizados e dos actos desviantes; falam de elementos subculturais juvenis: a música, o visual, as drogas, os tipos de lazer, os modos de interacção; falam das categorizações espontâneas: os *punks*, os *freaks*, os azeiteiros, os betos...; falam da procura das drogas e do tipo de cumplicidade/confiança, do tipo de interacção que pressupõe — da leitura, diríamos etológica, dos sinais de que o outro vai jogar com as mesmas regras; falam de sensibilidades específicas — as do sector juvenil, da norma interna exigente que se esconde por baixo da aparência caótica com que se é da rua e dos bares...

2.2.2. *Histórias de Vida*

As histórias de vida são um instrumento antigo da antropologia de terreno. É precisamente a antropologia a primeira a dar-lhes um estatuto, na procura da compreensão do ponto de vista dos actores sociais, da ligação do indivíduo à sociedade e à cultura. A escola de Chicago, nos anos 20-30, cuja sociologia participante enriqueceu e alargou os meios de observação social, fará também uso das histórias de vida para a construção da sua ecologia urbana.

Instrumento praticamente fora da prática investigativa dos psicólogos portugueses, enraíza porém a sua forma de recolha de dados num estilo próximo da escuta clínica — método cujo alcance foi fulcral desde que a emergência duma racionalidade psicológica passou a reger as práticas teóricas e interventivas da psicologia, a partir do final do século XIX. À luz desta aproximação resulta difícil perceber o porquê da marginalidade desta técnica na psicologia, cujo carácter intensivo tem sido preterido em favor do carácter extensivo das entrevistas (que servem de base, na sua modalidade não-estruturada, às histórias de vida) em amostras em que se procura a representatividade. A história de vida é precisamente a

opção do intensivo (a análise em profundidade de sujeitos particularmente concentrados de informação no que diz respeito ao objecto que se investiga), na busca do *significativo* em vez da preocupação com o *representativo* — partindo-se da constatação de que há fenómenos que não são captados pela regras metodológicas da aleatoriedade e da representatividade, como é especialmente o caso dos fenómenos do comportamento desviante.

O estatuto de método autónomo para as histórias de vida tem sido recentemente reclamado (Ferrarotti, 1983), atribuindo-lhe o início duma nova fase na pesquisa das ciências sociais, em que o qualitativo é reabilitado e posto em causa o «empiricismo reifiado» (Ferrarotti, *ibid*) do facto fechado sobre si mesmo.

A fundamentação teórica deste método levar-nos-ia a discutir o alicerce heurístico das histórias de vida a partir das pedras angulares da *subjectividade* e da *historicidade*. Impossível, nas poucas páginas de que se faz um artigo, malabarismo de dizer muito no pouco — as mais das vezes por pouco não dizer nada. Referiremos apenas que no contexto da nossa investigação as utilizamos como o método que melhor se adequa à exploração em profundidade de indivíduos cuja experiência de vida é altamente significativa da evolução do fenómeno droga em Portugal — chamámo-lhes já os «históricos», pela concentração em indivíduos particulares dum processo histórico-social que se desenrola contemporaneamente, de há poucos anos para cá, na nossa formação societária.

No método biográfico (outro nome para a mesma coisa) conta-se a prática existencial. E toda a prática individual humana é uma «actividade sintética, totalização activa de todo o contexto social» (Ferrarotti, *ibid*).

A análise do material das histórias de vida servir-nos-á também para ensaiarmos, testarmos e verificarmos a operacionalidade dum método de análise de conteúdo proposto por

Cândido da Agra ⁽⁴⁾, que se pretende relevante para o aprofundamento teórico-explicativo dos comportamentos desviantes de acordo com a prática teórica que informa a sua equipa de trabalho.

2.3. Reflexão do Fim (ou a necessidade do pinote edípiano)

É este o conjunto de procedimentos técnicos que temos vindo a accionar em ordem aos objectivos enunciados em 2.1.

A característica fundamental que os une é a opção pelo trabalho de rua, pela aproximação aos contextos naturais de vida onde o desvio assume uma expressão natural e uma função ⁽⁵⁾; é também a opção pelas estratégias investigativas de carácter qualitativo como modos privilegiados no captar de aspectos da realidade que não são nem quantificáveis nem manipuláveis estatisticamente (Romani et al, 1986).

Esta opção de investigação releva também dum compromisso: o da interacção directa com os actores sociais — não tanto a observação participante que caracterizou a antropologia clássica, mas uma *psicologia ecológica como participação*, no sentido em que, como afirmou Franco Ferrarotti para a sociologia qualitativa que defende (uma sociologia como participação), «se reclama um contacto imediato e de confiança recíproca entre objecto de investigação e investigador» (Ferrarotti, *ibid*). Pesquisar no terreno representa enfrentar o risco da relação de interacção em situação de igualdade entre investigador e grupos humanos estu-

(4) Trabalhos em curso no Centro de Psicologia do Comportamento Desviante da Fac. Psicologia do Porto, ainda inéditos.

(5) Não discutimos aqui se é função com valor adaptativo ou disfuncional. Remetemos p.e. para Marina Lencastre (1987) — «O Comportamento desviante do ponto de vista da biologia evolutiva», *Revista de Psicologia e de Ciências da Educação*, 2: 71-85.

dados — é, digamos, trabalhar sem rede... E é trabalhar sem rede ainda porque, mais do que o apoio securizante em complicados dispositivos técnicos do arsenal dos investigadores, tantas vezes sem relação com os simplistas discursos ditos científicos a que dão origem, é a formação teórica do investigador e a sua atenção constante à quantificabilidade do grupo social e dos comportamentos em estudo que constitui a pedra de toque desta concepção de método. Exige-se uma aplicação *em acto* do olhar analítico, num primeiro momento, e holístico e compreensivo, depois, com que as ciências sociais têm forjado as suas grelhas de leitura explicativa do real.

Esta opção representa ainda apostar na necessidade da redefinição das relações entre o investigador-sujeito do conhecimento e o objecto a conhecer... Ou a reivindicação dum estatuto autónomo para as ciências humanas, livre da obediência identificatória à figura paternal das ciências clássicas, cuja ameaça de castração (do reino das legitimidades científicas) continua a pesar a muitos cientistas sociais e a gerar-lhes sentimentos de abandono...

Terminaremos, já agora, enfeitando ainda mais este pinote edipiano através do qual, elaborando o luto das figuras da autoridade secular transmutadoras da criação científica em empresa burocrática, nos alistamos à construção em curso duma identidade epistemológica outra para as ciências sociais: a que se funda num conhecimento intenso/proximal/comprometido, a que rejeita a concepção mineral do homem, cujo labor o tem petrificado em experiências de rigor cristalográfico nas quais o investigador, obviamente, evita cair na solução química borbulhante...

Não somos contra o laboratório como lugar de investigação. Somos sim contra o laboratório como o lugar da investigação — aquilo a que chamaríamos o complexo do laboratório. E preferimos-lhe o laboratório

complexo — os contextos naturais de vida onde os psiquismos, expressão suprema do vivo, se exprimem e os actos afinal acontecem.

REFERÊNCIAS

- AGRA, C. DA (1986). Science, Maladie Mentale et Dispositifs de l'Enfance, INIC.
FERRAROTTI, F. (1983). Histoire et Histoires de Vie. Paris: Librairie des Meridiens.
FIRMINO DA COSTA, A. (1986). «A pesquisa de terreno em sociologia», in Santos da Silva e Madureira Pinto, orgs. (1986) Metodologia das Ciências Sociais. Porto: Afrontamento.
GNR (1986). «Pós modernos» in Psicopátria, EMI Valentim de Carvalho.
KUNH, T. (1972). La Structure des Révolutions Scientifiques. Paris: Flammarion.
ROMANI, O.; CONTRERAS, J.; FEIXA, C.; HOMS, O. (1986). «Projecte per a l'estudi de la joventut de l'area metropolitana de Barcelona», dactilografado.

RESUMO

A investigação e conceptualização do uso de drogas e da toxicod dependência em Portugal têm sido ditas pelas posições perceptivas possíveis a partir dos dispositivos de controle da droga. Relevam desta estratégia de saber-poder sobre a nova figura da desordem as investigações com base no material clínico da toxicod dependência e as investigações com base na técnica do questionário.

Fazemos o levantamento de algumas das insuficiências destas estratégias — que se inscrevem no movimento mais geral da falência dum paradigma perante um facto que, transgredindo a ordem social, transgride a ordem do saber — e defendemos a necessidade doutras posições perceptivas que deixem ler proximalmente o fenómeno. Recorreremos, como ilustração, à descrição da pesquisa de terreno que efectuamos sobre as drogas num contexto urbano-industrial, terminando com alguns apontamentos sobre o estatuto epistemológico da investigação nas ciências sociais.

RESUMÉ

La recherche et la conceptualisation sur l'utilisation des drogues et sur la toxicomanie au Portugal ont été dictées par les positions perceptives possibles à partir

du dispositif de contrôle de la drogue. De cette stratégie du savoir-pouvoir sur la nouvelle figure du désordre en résultent les recherches fondées sur le matériel clinique de la toxicomanie et les recherches faites à partir de la technique du questionnaire.

Nous recensons quelques insuffisances de ces stratégies — qui s'inscrivent dans le mouvement plus général de l'échec d'un paradigme devant un fait qui, en trans-

gressant l'ordre sociale, transgresse aussi l'ordre du savoir — et nous défendons la nécessité de prendre d'autres positions qui laissent percevoir, à la proximité, le phénomène. Pour illustrer ce point de vue, nous présentons une description de la recherche sur la terrain que nous sommes en train de faire sur les drogues dans un contexte urbain-industriel en terminant par quelques mots sur le statut épistémologique de la recherche en sciences sociales.